

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Beto Rosado)

Requer a realização de Audiência Pública para debater políticas públicas de leilões de energia eólica e de transmissão de energia elétrica.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que esta Comissão de Minas e Energia realize Audiência Pública para debater políticas públicas de leilões de energia eólica e de transmissão de energia elétrica.

Solicitamos que sejam convidadas a participar da audiência as seguintes autoridades:

- Sr. Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia;
- Sr. Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel;
- Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Sr. Mario Dias Miranda, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE;
- Sra. Élbis Silva Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica – **ABEE**Eólica.

- Sr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 21 de agosto de 2015, foi realizado o “22º Leilão de Energia Nova A-3. O Leilão, para entrega em 2018, contratou 29 projetos com capacidade instalada de 669,5 megawatts (MW), investimentos previstos de R\$ 2,5 bilhões e geração de 314,3 MW-médios.

Do total contratado, 19 projetos são de usinas eólicas (538,8 MW), 7 projetos são de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) (66,2MW), 2 referem-se à geração termelétrica a partir da biomassa e uma a gás natural (64,5 MW). O preço médio ponderado foi de R\$ 188,87 por MWh; o deságio médio foi de 2,04%.

Para esse Leilão, o preço-teto para a fonte eólica ficou em R\$ 184 por MWh. No último Leilão A-3, realizado no dia 6 de junho de 2014, o preço para termelétricas e eólica foi de R\$ 133 por MWh. Observa-se, então, que o preço-teto de empreendimentos eólicos subiu 38%.

Na modalidade por disponibilidade eólica, o preço médio do Leilão do dia 21 de agosto de 2015 foi de R\$ 181,14 por MWh, o que representa um deságio de 1,55%. Dos 19 parques eólicos contratados, 8 estão localizados no Piauí, 7 no Maranhão e 4 no Ceará.

Esse baixo deságio indica que os valores estão apertados. De acordo com a Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica – **ABEE**eólica, Sra. Élbis Silva Gannoum, o custo do setor aumentou. Isso se deve, principalmente, ao aumento das taxas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e à redução da participação da instituição de fomento no financiamento.

Segundo ela, em 2015 alcança-se o patamar mais elevado da nacionalização de equipamentos, o que vai pressionar mais ainda os custos. Outros pontos destacados pela Presidente Executiva da **ABEE**eólica são a taxa de câmbio e o fato de o risco da transmissão estar com o empreendedor.

Também é importante ressaltar que no dia 26 de agosto de 2015 foi realizado o segundo Leilão de Transmissão do ano. Havia proponentes inscritos para todos os Lotes oferecidos no Leilão, mas os Lotes A, B, C, E, F, G e I não receberam nenhuma proposta financeira.

Apesar de haver nove empresas inscritas para participar, apenas a Isolux, a Celg, a Planova e a State Grid apresentaram propostas. Os espanhóis da Isolux arremataram dois dos quatro lotes contratados, o Lote D e o Lote H, com deságio de, respectivamente, 1,49% e 0,12%. O Lote J foi arrematado pela Planova no valor estabelecido como teto.

O Lote K foi o único em que houve competição. A empresa State Grid Brazil ofertou uma Receita Anual Permitida – RAP com deságio de 5,98%, mas a Celg arrematou o Lote com um deságio de 15,50%. A soma da RAP dos lotes arrematados foi de R\$ 248,9 milhões, o que equivale a um deságio médio de 2,07% comparado aos R\$ 254 milhões estimados pela Aneel.

Esse Leilão frustrou as expectativas. O menor interesse, em meio a condições mais difíceis de financiamento, inclusive do BNDES, deve atrasar a operação de alguns empreendimentos, uma vez que os lotes não arrematados serão relicitados posteriormente. Também influenciou o resultado do Leilão a alta do dólar, que cria incertezas nas negociações com fornecedores, além de temores com o processo de licenciamento ambiental.

Em razão de todo o exposto, solicitamos a realização de Audiência Pública para que esta Comissão possa aprofundar os debates acerca das políticas públicas de leilões de energia eólica e de transmissão de energia eólica.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **Beto Rosado**